

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2016

Of. JG041/2016

Ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Ref: Carta de Intenção

É com grande satisfação que a Justiça Global vem por meio desta manifestar seu interesse em se candidatar ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Desde sua fundação em 1999 a Justiça Global vem se dedicando ao trabalho de prevenção e enfrentamento à tortura em locais de privação de liberdade em diversos Estados do Brasil, entre os quais destacamos Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Maranhão, Rondônia e Paraíba.

Em seu primeiro ano de fundação, a Justiça Global foi ponto focal da visita do então Relator das Nações Unidas para Tortura, Nigel Rodley. Após a visita ao Brasil o Relator produziu uma série de recomendações ao Estado que se constituíram num marco importante ao enfrentamento da tortura no Brasil.

Também subsidiamos a visita ao Brasil em 2005 do Comitê das Nações Unidas para Prevenção da Tortura e do Subcomitê para a Prevenção da Tortura (SPT) da ONU em 2011. Colaboramos na preparação das visitas com informações a respeito de casos de tortura e maus-tratos no sistema penitenciário e em outros locais de detenção, como as unidades do sistema socioeducativo. Em maio de 2011, nos reunimos com os membros do SPT em Brasília e no Rio de Janeiro durante uma visita preparatória.

Os relatórios emitidos por esses órgãos também trouxeram importantes recomendações no campo da prevenção à tortura, que tem pautado a Justiça Global em seu trabalho de monitoramento de unidades de privação de liberdade, entre os quais destacamos a recomendação da adoção dos Comitês e Mecanismos Nacionais e Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura.

A Justiça Global contribuiu ativamente no processo de constituição do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura no Rio de Janeiro, Rondônia e Pernambuco, além de

participar de discussões sobre a implantação em Minas Gerais e Espírito Santo e sobre o Comitê e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Em 2010 a Justiça Global foi eleita para o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. No âmbito da nossa atuação no Comitê, realizamos visitas conjuntas com o Mecanismo a unidades prisionais, socioeducativas e de internação compulsória de crianças e adolescentes, colaborando na construção de relatórios, recomendações, seminários e audiências públicas, no diálogo com o poder público e na incidência nas políticas públicas. Em 2012 a Justiça Global foi reconduzida para um novo mandato de dois anos.

Nossa atuação junto ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) também tem contribuído para o enfrentamento da prática de tortura. No Rio de Janeiro, as medidas cautelares relacionadas a Polinter da Praça Mauá (novembro de 2005) e 76 Delegacia de Polícia de Niterói (2006-2007), contribuíram decisivamente para que o Estado do Rio de Janeiro acabasse com as carceragens em suas delegacias de polícia.

Ainda no que tange ao SIDH, o Caso Urso Branco, as medidas provisórias em relação ao Presídio Aníbal Bruno (PE), Pedrinhas (MA) e UNIS (ES) na Corte Interamericana de Direitos Humanos e o “Pacto Para Melhorias do Sistema Prisional de Rondônia”, têm contribuído para um diálogo entre sociedade civil, governos estaduais e o federal, buscando a adoção de políticas públicas que contribuam para a melhoria das condições de privação de liberdade e o enfrentamento à tortura. A Comissão Especial do antigo CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) para acompanhamento do Presídio Urso Branco e a Comissão Interinstitucional para melhorias do sistema socioeducativo do Espírito Santo e implementação das Medidas Provisórias da Corte Interamericana, representam um avanço no monitoramento do sistema de privação de liberdade e até mesmo uma inovação frente ao sistema interamericano de proteção.

O caso Damião Ximenes, encaminhado pela Justiça Global e familiares da vítima, foi o primeiro caso contra o Brasil a tramitar na Corte Interamericana e tornou-se referência para a proteção dos direitos humanos no Brasil e, em particular, para a luta contra a violência em instituições psiquiátricas.

Em 2009 participamos de visitas de monitoramento, junto com outras organizações, em hospitais de custódia do Rio de Janeiro, que culminaram com a elaboração de um relatório sobre as condições dessas unidades e com a construção do Fórum de Discussão sobre os Manicômios Judiciários do Rio de Janeiro, com participação do poder público e da sociedade civil.

Também temos produzido regularmente relatórios e recomendações sobre as condições do cumprimento de privação de liberdade no Brasil, como demonstram os documentos em anexo.

É com base nessa forte atuação no enfrentamento à tortura e as formas degradantes de detenção, que a Justiça Global manifesta o seu interesse em integrar o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Acreditamos que nossa vasta experiência representará uma contribuição para a atuação desse importante instrumento.

Atenciosamente,



Sandra Carvalho

Isabel Lima